



Autor
Fernando Daniel de Moura Fonseca

IMPOSTO SOBRE A RENDA

uma proposta de diálogo
com a contabilidade

Prefácios
Paulo Ayres Barreto
Eliseu Martins

Apresentação
Ricardo Mariz de Oliveira

Área específica
DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins
DIREITO SOCIETÁRIO. CONTABILIDADE.

Público-alvo/consumidores
ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ÁREAS
TRIBUTÁRIA, SOCIETÁRIA E CONTÁBIL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001493

“Logra, nesta obra, fornecer parâmetros estritamente jurídicos para a tributação da renda. Não o faz, porém, de uma perspectiva de quem desconhece a contabilidade ou de quem desconhece o Direito Tributário, mas sim de uma posição de plena compreensão da necessidade de resguardo dos princípios e regras que regem cada uma das matérias, em relação aos seus âmbitos próprios de aplicação.”

(Prof. Paulo Ayres Barreto, “Prefácio”)

“A individualidade e autonomia de cada ciência é uma das mensagens básicas deste trabalho, com a qual concordo totalmente. No caso específico, os conceitos de renda da Contabilidade não são os mesmos que os da Economia, por mais que aquela procure se aproximar desta. E os do Direito não são, e não devem mesmo ser, os mesmos que os de qualquer uma das outras duas ciências. Este livro explicita muito bem a razão disso. Algumas vezes alguns empréstimos específicos e até temporários de conceitos podem ser feitos por uma à outra área de conhecimento, mas sem que qualquer submissão de uma à outra possa existir.”

(Prof. Eliseu Martins, “Prefácio”)

“Pessoalmente, com base em mais de cinquenta anos de convivência com o imposto de renda, considero este livro um excelente trabalho, que tem feições próprias às teses de doutoramento, dado o seu embrião e as exigências acadêmicas, mas está destinado a ser um livro de doutrina útil para estudos e atividades profissionais.”

(Dr. Ricardo Mariz de Oliveira, “Apresentação”)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F676i Fonseca, Fernando Daniel de Moura

Imposto sobre a renda: uma proposta de diálogo com a contabilidade / Fernando Daniel de Moura Fonseca. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

303p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0577-3

1. Direito Tributário. 2. Direito Societário. 3. Contabilidade. I. Título.

CDD: 341.39

CDU: 34:336.2

2018-705

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FONSECA, Fernando Daniel de Moura. *Imposto sobre a renda: uma proposta de diálogo com a contabilidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 303p. ISBN 978-85-450-0577-3.

Fernando Daniel de Moura Fonseca é Residência Pós-Doutoral em Direito Tributário na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e Doutor em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). *Master of Laws* (LL.M.) pela New York University (NYU). Especialista em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Advogado e Contador.

PREFÁCIO	
Paulo Ayres Barreto	15
PREFÁCIO	
Eliseu Martins	19
APRESENTAÇÃO	
Ricardo Mariz de Oliveira	27
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	33
CAPÍTULO 2	
CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE RENDA	41
2.1 Pressupostos	41
2.2 Os mitos a serem superados.....	44
2.2.1 A inexistência de um conceito de renda que possa ser chamado de verdadeiro	44
2.2.2 O conceito jurídico de renda não se subordina ao econômico	47
2.2.3 O conceito jurídico de renda não se subordina ao contábil	48
2.3 Um natural ponto de partida: o conceito Haig-Simons de renda	53
2.4 Ainda a busca por um conceito jurídico de renda: as balizas	58
2.4.1 Acréscimo patrimonial e preservação do capital	58
2.4.2 O conceito de patrimônio e sua mensuração	61
2.4.2.1 O patrimônio das pessoas jurídicas.....	62
2.4.2.2 O patrimônio das pessoas físicas	68
2.4.3 O conceito de manutenção do capital	69
2.4.4 A necessidade de realização.....	73
2.4.4.1 Considerações essenciais	73
2.4.4.2 Os aparentes novos contornos dessa discussão	80
2.4.4.3 A posição defendida no presente trabalho.....	87
2.4.5 Renda líquida: a questão da dedução dos gastos para a mensuração do acréscimo patrimonial	91
2.4.6 Há necessidade de que todos os rendimentos recebam o mesmo tratamento?	95
2.4.7 A polêmica da progressividade na incidência.....	100
2.4.8 A questão da periodicidade.....	106
2.4.9 O conceito jurídico de renda em uma definição abrangente.....	108
CAPÍTULO 3	
A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE RENDA SOB A PERSPECTIVA BRASILEIRA	109
3.1 Pressupostos teóricos para a compreensão da realidade brasileira.....	109
3.2 O conteúdo normativo do sistema constitucional tributário brasileiro.....	113
3.2.1 A rigidez como o traço mais marcante	113
3.2.2 Os efeitos práticos da rigidez sobre a construção do conceito de renda	122
3.3 Delimitação positiva do conceito de renda para fins tributários no Brasil	126
3.3.1 O pressuposto do acréscimo patrimonial.....	126

3.3.2	A mensuração do patrimônio para fins de tributação da renda	133
3.3.2.1	Considerações essenciais	133
3.3.2.2	A mensuração do patrimônio das pessoas jurídicas.....	136
3.3.2.3	A mensuração do patrimônio das pessoas físicas.....	139
3.3.3	A necessidade de manutenção do capital e de compensação das perdas de períodos passados	140
3.3.4	A necessidade de realização.....	145
3.3.5	A necessidade de dedução dos gastos	154
3.3.6	Generalidade, Universalidade e Progressividade.....	160
3.3.6.1	A tributação em conjunto de todas as espécies de rendimentos	164
3.3.6.2	A (des)necessidade de uma incidência progressiva	169
3.3.7	A questão da periodicidade.....	171
3.4	O conceito de renda do Código Tributário Nacional	173
3.4.1	Considerações iniciais	173
3.4.2	A aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica da renda	179
3.5	Uma proposta de conceito constitucional de renda.....	192

CAPÍTULO 4

DELIMITAÇÃO DO ESPECTRO DE INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE SOBRE A DEFINIÇÃO DO FATO GERADOR DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS

4.1	Aspectos essenciais	195
4.2	Os exemplos escolhidos	198
4.3	A relação entre tributação da renda e contabilidade.....	204
4.3.1	As origens e as causas dessa relação	204
4.3.2	A realidade brasileira	207
4.3.3	A convergência a um padrão contábil internacional.....	210
4.4	O padrão IFRS sob a perspectiva brasileira. A estrutura conceitual básica.....	213
4.5	A discussão acerca dos efeitos tributários.....	219
4.5.1	Breves notas acerca da experiência europeia.....	219
4.5.2	Os possíveis efeitos tributários das modificações de práticas contábeis no Brasil	222
4.5.3	Critérios para interpretação da neutralidade tributária.....	229
4.5.4	Fundamentos para a identificação dos efeitos diretos sobre a base de cálculo do imposto de renda e a necessidade de depuração do lucro líquido para fins tributários.....	232
4.5.4.1	A relação entre passado e futuro: expectativas e valor justo	233
4.5.4.1.1	A perspectiva econômica	233
4.5.4.1.2	A perspectiva contábil.....	239
4.5.4.1.3	A perspectiva jurídica.....	242
4.5.4.2	Os efeitos jurídicos de uma informação contábil fidedigna: essência econômica <i>versus</i> forma jurídica.....	244
4.6	Propostas para resolução dos exemplos selecionados	255
4.6.1	O caso da permuta imobiliária.....	255
4.6.2	O caso dos instrumentos híbridos	262
4.6.3	O caso do ganho por compra vantajosa.....	265
4.6.4	O negócio jurídico de incorporação de ações	270

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS.....

281